



Relatório de Gestão

Índice

Índice	1
I – PROPOSTA	3
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	3
II - PRIORIDADES	4
III - RELATÓRIO DE GESTÃO	5
ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	6
ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO DO ANO DE 2012	6
Mapa Resumo de Controlo Orçamental da Receita – ano 2012	7
Mapa Resumo de Controlo Orçamental da Despesa – ano 2012	8
Mapa da Estrutura da Execução Orçamental – ano 2012	9
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS 2008 a 2012	10
Evolução na cobrança das Receitas no período 2008 a 2012	10
Principais Apoios Comunitários afectos ao investimento	11
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2008 a 2012	11
Resumo da Evolução das Receitas e Despesas no período 2008 a 2012	11
Estrutura do Orçamento de Despesas e sua Evolução <i>no período 2008-2012</i>	12
Na óptica dos Fluxos de caixa	13
GRANDES OPÇÕES DO PLANO	14
Resumo da execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2012	14
ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	15
EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS	15
Evolução da Dívida a Terceiros no período 2008 a 2012	15
Evolução da dívida de médio e longo prazo do Município	16
Gráfico - Evolução da Dívida	16
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	17
Participações detidas pelo Município em outras entidades	17

Entidades societárias participadas	17
Entidades não societárias participadas	17
ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO	18
ESTRUTURA DO PASSIVO	21
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	22
RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA	23
Resumo do Mapa de Pessoal em exercício de funções, por grandes grupos,	23
Sexo e Relação Jurídica de Emprego	23
Resumo das Saídas de trabalhadores – ano 2012.....	24
Efetivos segundo o sexo	24
Formação de Pessoal – Acções de Formação e Cursos	25

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2012**I – PROPOSTA**

No cumprimento da alínea j) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas do exercício de 2012, para que possam ser submetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos da alínea c) do nº 2 do artigo 53.º da referida Lei.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro), *a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.*

Por outro lado, *se houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:*

- a) Reforço de Património;*
- b) Constituição ou reforço de reservas.*

Refere ainda o ponto 2.7.3.5 do mesmo diploma que *deve constituir-se o reforço anual da conta 571 “Reservas Legais”, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.*

Nos termos do ponto 2.7.3 do (POCAL), propõe-se que o resultado líquido negativo de 1.618.919,45 euros apurado no exercício de 2012, seja incorporado em Resultados Transitados.

II - PRIORIDADES

Principais iniciativas de investimento público, ao longo do ano de 2012:

1. CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE TORRE DE MONCORVO
2. PROGRAMA DE REGENERAÇÃO URBANA
 - I. Conclusão dos Passeios da Avenida das Amendoeiras
 - II. Construção de uma Variante da Avenida das Amendoeiras para garantir o acesso à Zona de Desporto e de Lazer (via rodoviária e de circulação pedonal)
 - III. Reabilitação do atual Recinto das Feiras Mensais, convertendo-o num Espaço Multifuncional
 - IV. Instalação do Museu de Arte Sacra na Igreja da Misericórdia (Parceria com a Sta Casa da Misericórdia)
 - V. *Substituição do PT existente, para requalificar a zona envolvente do Posto de Turismo*
3. CENTRO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DE TORRE DE MONCORVO
4. PROMOÇÃO DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E DE MODOS ALTERNATIVOS DE TRANSPORTE - EXPANSÃO DA REDE PEDONAL EM TORRE DE MONCORVO (AV.ª DAS AMENDOEIRAS, RUA PADRE REBELO, RUA D. DINIS E RUA SANTIAGO)
5. MELHORIA PRODUTIVA DOS POVOAMENTOS – PERÍMETRO FLORESTAL DO REBOREDO
6. BENEFICIAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS
7. REABILITAÇÃO/BENEFICIAÇÃO/REMODELAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DE ÁGUA E SANEAMENTO NO CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO
8. INVESTIMENTOS CO-FINANCIADOS NAS ÁREAS DA PROTECÇÃO CIVIL, FLORESTA E AMBIENTE

III - RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

É da responsabilidade do executivo municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do município, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados.

Assim e em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, são presentes, para aprovação, os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2012, elaborados de acordo com os critérios previstos no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a Resolução n.º 04/2001-2.ª Secção, Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas.

Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos os Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras, que reflectem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município de Torre de Moncorvo, em 31 de Dezembro de 2012, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Além dos cortes significativos nas transferências do Orçamento do Estado e das restrições à gestão autárquica impostas pelo Governo, nomeadamente através do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), o ano de 2012 continuou a revelar-se um ano de grande contenção financeira para o Município de Torre de Moncorvo, tendo em vista o cumprimento das medidas impostas e a execução do Plano de Saneamento Financeiro, aprovado pelo Tribunal de Contas em Janeiro de 2011.

O aumento generalizados dos preços unitários, relativos a abastecimento de água, recolha de efluentes, energia eléctrica, recolha de resíduos sólidos e transportes escolares, contribuiu fortemente para o aumento da despesa suportada pela Autarquia, priorizando o rigor e a contenção orçamental sem descuidar a necessidade de cumprimento dos objectivos e missão desta autarquia.

Implementação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012), no ano de 2012, nomeadamente:

- Planos de liquidação dos pagamentos em atraso;
- Cálculo e aumento temporário dos fundos disponíveis. Fundos Disponíveis são as verbas disponíveis a muito curto prazo (90 dias), desde que não tenham sido comprometidos ou gastos;
- Assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia genérica;

- Controlo mensal dos pagamentos em atraso há mais de 90 dias, para cumprimento do artigo 9.º da LCPA, cujo princípio fundamental é o de que a execução orçamental não pode conduzir à acumulação de pagamentos em atraso.

Consequências para as autarquias, a partir da entrada em vigor da Lei dos Compromissos:

- o Condicionamento das autarquias pelo peso das despesas de funcionamento em percentagem superior aos fundos disponíveis;
- o Impossibilidade de assegurar o cumprimento das competências essenciais das autarquias (educação, limpeza pública, abastecimento de água, habitação social, proteção civil);
- o Limitação da autonomia do poder local;
- o Criminalização das condutas dos eleitos locais por oposição aos membros do governo;
- o Maior conflitualidade decorrente da assunção de compromissos sem fundos disponíveis.

Apesar dos referidos constrangimentos, as **receitas municipais** conseguiram um desempenho aceitável, face ao que era expectável, passam de **13.178.522 euros em 2011** (excluindo a receita do empréstimo de Saneamento Financeiro), para **13.851.387 euros, em 2012**, correspondendo a um **crescimento de 5,10%**.

Em termos de investimento, o Município de Torre de Moncorvo concentrou os seus esforços com obras participadas por fundos comunitários, concretamente na Construção do Centro Escolar de Torre de Moncorvo, no Programa de Regeneração Urbana - “Viver Moncorvo” e a beneficiação de Estradas Municipais.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO DO ANO DE 2012

A análise, ainda que de forma sintética e global, da contabilidade orçamental permite-nos acompanhar todo o processo de realização de despesas e arrecadação de receitas. Este estudo, baseado nos mapas de execução orçamental que fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas da Autarquia, visa numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado das modificações orçamentais, com os valores da execução orçamental a fim de evidenciar a taxa de execução por grandes rubricas.

Os resultados obtidos permitem-nos testar a fiabilidade dos orçamentos e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas realmente arrecadado pela Autarquia, bem como da actividade de planeamento.

Seguidamente apresenta-se, o Mapa Resumo de Controlo Orçamental da receita (previsões corrigidas, receita cobrada líquida e sua execução) e o Mapa Resumo de Controlo Orçamental da Despesa (dotações corrigidas, despesa paga e sua execução) do ano de 2012.

Mapa Resumo de Controlo Orçamental da Receita – ano 2012

Descritivo	Previsões Iniciais	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução das Receitas
Receitas Correntes				
Impostos Directos	643.474,00	643.474,00	656.773,01	102,07%
Impostos Indirectos	2.065,00	2.065,00	1.370,73	66,38%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	97.411,00	97.411,00	97.207,49	99,79%
Rendimentos de Propriedade	2.350,00	2.350,00	454,86	19,36%
Transferências Correntes	5.922.663,00	5.922.663,00	5.583.707,50	94,28%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.056.470,00	2.300.470,00	2.337.052,82	101,59%
Outras Receitas Correntes	25.600,00	25.600,00	19.104,52	74,63%
Total (Receitas Correntes)	8.750.033,00	8.994.033,00	8.695.670,93	96,68%
Receitas Capital				
Venda de Bens de Investimento	741.850,00	738.564,55	20.930,83	2,83%
Transferências de Capital	8.084.612,00	8.084.612,00	5.129.496,80	63,45%
Activos Financeiros	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00%
Outras Receitas		203.285,45	5.289,03	2,60%
Total (Receitas Capital)	8.835.962,00	9.035.962,00	5.155.716,66	57,06%
TOTAL	17.585.995,00	18.029.995,00	13.851.387,59	76,82%

A taxa de execução orçamental da receita é calculada com base nas receitas cobradas líquidas, ou seja, as receitas cobradas brutas corrigidas dos reembolsos e restituições.

De forma global podemos referir que a receita cobrada líquida foi executada em 76,82%, ascendendo ao montante de 13.851.387 euros. Para esta grandeza concorrem as receitas correntes e de capital, com valores cobrados de 8.695.670 euros e 5.155.716 euros, respectivamente. De salientar que a **receita corrente alcançou uma execução de 96,68%**.

Transitou para o ano de 2012 o saldo da gerência anterior, no montante de 200.000€.

Mapa Resumo de Controlo Orçamental da Despesa – ano 2012

Descritivo	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Taxa de Execução das Despesas
Despesas Correntes				
Despesas com o pessoal	3.740.130,00	3.518.243,07	3.436.540,25	97,68%
Aquisição de bens e serviços	3.278.338,00	3.669.877,38	2.542.494,69	69,28%
Juros e outros encargos	947.730,00	920.528,97	735.277,49	79,88%
Transferências correntes	747.785,00	760.751,14	570.082,72	74,94%
Outras despesas correntes	36.050,00	60.730,00	58.994,77	97,14%
Total (Despesas Correntes)	8.750.033,00	8.930.130,56	7.343.389,92	82,23%
Despesas Capital				
Aquisição de bens de capital	6.150.302,00	5.913.854,10	3.754.546,69	63,49%
Transferências de capital	1.554.190,00	2.047.963,97	1.623.483,70	79,27%
Activos financeiros				
Passivos financeiros	1.131.370,00	1.136.546,37	1.136.101,58	99,96%
Outras despesas de capital	100,00	1.500,00	1.500,00	100,00%
Total (Despesas Capital)	8.835.962,00	9.099.864,44	6.515.631,97	71,60%
TOTAL	17.585.995,00	18.029.995,00	13.859.021,89	76,9%

Conforme se pode verificar, o total do orçamento aprovado inicialmente, no montante de 17.585.995 euros foi durante a execução orçamental do ano de 2012 objeto de alterações orçamentais e ainda duas revisões orçamentais, para incorporação da rubrica reposições não abatidas nos pagamentos e incorporação do saldo da gerência anterior, alterando o montante final.

A taxa de execução da despesa traduz as obrigações efectivamente pagas e não a totalidade das obrigações assumidas para com terceiros.

Podemos referir que foi obtida uma taxa de execução orçamental global da despesa de 76,90% que se eleva para 85,93% se considerarmos o grau de comprometimento da despesa, a qual se poderá concretizar em execução em anos futuros, desde que verificados os pressupostos que originaram os respectivos compromissos.

Assim, o volume de compromissos assumidos (no montante de 16.128.660 euros) originou um saldo em relação à despesa paga de 2.269.638 euros, obtendo nesta perspectiva um **grau de comprometimento de despesa de cerca de 85,93%**, demonstrando assim a fiabilidade do orçamento final apresentado.

Entenda-se neste ponto que o comprometimento da despesa não é o sinónimo de dívida, mas sim o compromisso para terceiros de que a mesma, se venha a realizar.

A execução das receitas e as despesas, correntes e de capital, apresentam sinteticamente, no ano de 2012, a seguinte estrutura:

Mapa da Estrutura da Execução Orçamental – ano 2012

Descritivo	2012	Var. %
<i>Receitas Correntes</i>	8.695.670,93	62,78%
<i>Receitas Capital</i>	5.155.716,66	37,22%
Total Receitas	13.851.387,59	100,00%
<i>Despesas Correntes</i>	7.343.389,92	52,99%
<i>Despesas Capital</i>	6.515.631,97	47,01%
Total Despesas	13.859.021,89	100,00%

Da análise do quadro anterior, o que se extrai da estrutura da execução orçamental é o facto de as **receitas correntes superarem em 1.352.281 euros as despesas correntes**.

Concluimos que o orçamento de 2012 previa todos os recursos necessários para cobrir todas a despesas, pelo que se cumpriu o princípio orçamental do equilíbrio global, bem como o princípio orçamental do equilíbrio corrente.

De salientar que, da incorporação do saldo da gerência anterior de 200.000€, que não é considerada receita efectiva do ano de 2012, apenas foram utilizados 7.634,30€ para fazer face a pagamentos de despesa, tendo transitado para o ano de 2013, o montante de 192.365,70€.

De salientar ainda que, a receita de capital em crédito a 31 de Dezembro de 2012 ascendeu a 1.755.728,50€, dos quais 1.584.713,50€ correspondem a fundos comunitário do QREN, como se verifica facilmente pelo Balanço a 31/12/2012. Este valor significaria que a taxa de execução das receitas de capital passaria a ser de 76,49%.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS 2008 a 2012

O quadro seguinte retrata a evolução das receitas nos últimos cinco anos.

Evolução na cobrança das Receitas no período 2008 a 2012

Descritivo	2008	2009	2010	2011	2012	evolução no período			
						2008-2009	2009-2010	2010-2011	2011-2012
Receitas Correntes									
Impostos Directos	661.187,03	615.276,54	583.453,49	641.294,97	656.773,01	-6,94%	-5,17%	9,91%	2,41%
Impostos Indirectos	2.957,97	2.843,42	1.858,21	1.112,76	1.370,73	-3,87%	-34,65%	-40,12%	23,18%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	52.814,55	63.732,21	101.964,79	106.731,40	97.207,49	20,67%	59,99%	4,67%	-8,92%
Rendimentos de Propriedade	4.918,34	2.973,89	11.917,21	4.803,72	454,86	-39,53%	300,73%	-59,69%	-90,53%
Transferências Correntes	4.979.545,23	5.976.067,23	6.077.356,91	5.748.807,01	5.583.707,50	20,01%	1,69%	-5,41%	-2,87%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.277.278,70	1.369.201,49	1.378.062,90	1.346.486,01	2.337.052,82	7,20%	0,65%	-2,29%	73,57%
Outras Receitas Correntes	32.041,93	23.237,06	26.695,82	26.312,86	19.104,52	-27,48%	14,88%	-1,43%	-27,39%
Total (Receitas Correntes)	7.010.743,75	8.053.331,84	8.181.309,33	7.875.548,73	8.695.670,93	14,87%	1,59%	-3,74%	10,41%
Receitas Capital									
Venda de Bens de Investimento	25.918,75	24.240,00	36.304,88	129.919,55	20.930,83	-6,48%	49,77%	257,86%	-83,89%
Transferências de Capital	3.183.250,41	3.578.775,85	3.503.832,17	4.343.308,43	5.129.496,80	12,43%	-2,09%	23,96%	18,10%
Activos Financeiros									
Passivos Financeiros	2.744.011,00	1.756.520,00	811.000,00	10.220.000,00	0,00	-35,99%	-53,83%	1160,17%	-100,00%
Outras Receitas de Capital	60.974,72	4.788,00	428,00	5.000,00	0,00	-92,15%	-91,06%	1068,22%	-100,00%
Outras Receitas				4.746,17	5.289,03			100%	11,44%
Total (Receitas Capital)	6.014.154,88	5.364.323,85	4.351.565,05	14.702.974,15	5.155.716,66	-10,81%	-18,88%	237,88%	-64,93%
TOTAL	13.024.898,63	13.417.655,69	12.532.874,38	22.578.522,88	13.851.387,59	3,02%	-6,59%	80,15%	-38,65%

Podemos concluir que a cobrança das **Receitas Correntes** evoluiu positivamente ao longo do período 2008-2010, em 2011 sofreu um decréscimo, tendo registado um crescimento de 10,41% no período em análise (2012).

Estas receitas contribuem significativamente para a gestão financeira da Autarquia, já que se tratam de fluxos monetários estáveis, com tendências de crescimento, o que não se verificou no ano de 2011, a tendência foi invertida, vindo a recuperar em 2012.

As **Receitas de Capital** traduzem o recebimento de participações de obras cofinanciadas, e a venda extraordinária de património do domínio privado municipal (Venda de lotes industriais, nomeadamente celebração de dois contratos promessa de compra venda dos lotes 16 e 19 (arrecadação de 20% do valor total do terreno) e outorga de escritura de compra e venda do lote 5 (arrecadação do valor total do terreno) e ainda venda/expropriação de 7.751 metros quadrados de um prédio rústico na freguesia do Felgar, para instalação hidro-eléctrica da Barragem do Baixo Sabor.

Assim, podemos concluir que na cobrança das **Receitas de Capital** a única rubrica que evoluiu positivamente no período 2011-2012, foi 'transferências de capital' relativa ao recebimento de participações de obras cofinanciadas já referido, tendo registado um crescimento de 18,10%.

Principais Apoios Comunitários afectos ao investimento

Para efeitos de execução do Orçamento do ano de 2012, importa salientar ainda que o Município assegurou, atempadamente, os instrumentos de financiamento da União Europeia, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e ON.2, que garantiram a prossecução em 2012 de forma sustentada.

Falamos das principais iniciativas de investimento público, entre outras já referidas na página 4:

CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE TORRE DE MONCORVO**PROGRAMA DE REGENERAÇÃO URBANA**

- Conclusão dos Passeios da Avenida das Amendoeiras
- Construção de uma Variante da Avenida das Amendoeiras para garantir o acesso à Zona de Desporto e de Lazer (via rodoviária e de circulação pedonal)
- Reabilitação do atual Recinto das Feiras Mensais, convertendo-o num Espaço Multifuncional
- Instalação do Museu de Arte Sacra na Igreja da Misericórdia (Parceria com a Sta Casa da Misericórdia)
- *Substituição do PT existente, para requalificar a zona envolvente do Posto de Turismo*

CENTRO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DE TORRE DE MONCORVO**BENEFICIAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS****ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2008 a 2012**

Sinteticamente, a execução das receitas e as despesas, correntes e de capital, apresenta no período de 2008 a 2012, a seguinte estrutura:

Resumo da Evolução das Receitas e Despesas no período 2008 a 2012

Descritivo	2008	2009	2010	2011	2012
<i>Receitas Correntes</i>	7.010.744	8.053.332	8.181.309	7.875.549	8.695.671
<i>Receitas Capital</i>	6.014.155	5.364.324	4.351.565	14.702.974	5.155.717
Total Receitas	13.024.899	13.417.656	12.532.874	22.578.523	13.851.388
<i>Despesas Correntes</i>	7.130.912	8.106.518	7.521.830	10.594.204	7.343.390
<i>Despesas Capital</i>	5.893.987	5.311.138	5.011.044	11.782.969	6.514.132
Total Despesas	13.024.899	13.417.656	12.532.874	22.377.173	13.857.522

O quadro seguinte, apresenta a tendência verificada nos últimos cinco anos.

Estrutura do Orçamento de Despesas e sua Evolução no período 2008-2012

Descritivo	2008	2009	2010	2011	2012	evolução no período				
						2008-2009	2009-2010	2010-2011	2011-2012	
Despesas Correntes										
Despesas com o pessoal	3.640.362,45	4.385.846,32	4.220.807,80	4.231.794,59	3.436.540,25	20,48%	-3,76%	0,26%	-18,79%	
Aquisição de bens e serviços	2.183.026,43	2.380.050,91	2.473.835,02	4.390.436,48	2.542.494,69	9,03%	3,94%	77,47%	-42,09%	
Juros e outros encargos	646.739,59	564.942,88	349.520,18	711.470,84	735.277,49	-12,65%	-38,13%	103,56%	3,35%	
Transferências correntes	595.864,40	677.638,55	422.599,70	1.190.736,01	570.082,72	13,72%	-37,64%	181,76%	-52,12%	
Outras despesas correntes	64.918,73	98.039,44	55.067,40	69.765,95	58.994,77	51,02%	-43,83%	26,69%	-15,44%	
Total (Despesas Correntes)	7.130.911,60	8.106.518,10	7.521.830,10	10.594.203,87	7.343.389,92	13,68%	-7,21%	40,85%	-30,68%	
Despesas Capital										
Aquisição de bens de capital	3.221.061,58	1.765.726,23	1.748.971,98	5.430.137,69	3.754.546,69	-45,18%	-0,95%	210,48%	-30,86%	
Transferências de capital	2.032.222,95	1.809.216,15	1.356.133,67	2.458.567,68	1.623.483,70	-10,97%	-25,04%	81,29%	-33,97%	
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Passivos financeiros	640.702,50	1.736.195,21	1.905.938,63	3.894.263,64	1.136.101,58	170,98%	9,78%	104,32%	-70,83%	
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	1.350,00	1.350,00					
Total (Despesas Capital)	5.893.987,03	5.311.137,59	5.011.044,28	11.782.969,01	6.514.131,97	-9,89%	-5,65%	135,14%	-44,72%	
TOTAL	13.024.898,63	13.417.655,69	12.532.874,38	22.377.172,88	13.857.521,89	3,02%	-6,59%	78,55%	-38,07%	

As despesas correntes pagas totalizaram 7.343.389 euros, registando-se uma diminuição, em termos absolutos, de -30,68% em relação ao ano anterior.

As despesas de capital pagas totalizaram 6.514.131 euros, registando-se uma significativa diminuição, em termos absolutos, de -44,72% em relação ao ano anterior.

Em termos globais as despesas pagas em 2012 apresentam uma significativa diminuição de -38,07%.

Na óptica dos Fluxos de caixa

A análise efetuada aos Fluxos de Caixa do exercício de 2012, onde se encontram discriminadas todas as importâncias relativas aos recebimentos e pagamentos, reportando-se tanto à execução orçamental, como às operações de tesouraria (valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, isto é, cobranças para terceiros), permite-nos constatar que o Saldo para a gerência seguinte é de 809.710,92 euros, referentes a Execução Orçamental e Operações de tesouraria.

Fluxos de Caixa

Saldo da Gerência anterior (2011)		<i>(Euros)</i>
<i>Execução orçamental</i>	200.000,00	
<i>Operações de Tesouraria</i>	576.534,23	776.534,23
Receita cobrada na gerência		
<i>Receitas Orçamentais</i>	13.851.387,59	
<i>Operações de Tesouraria</i>	1.074.314,86	14.925.702,45
Pagamentos efectuados na gerência		
<i>Despesas Orçamentais</i>	13.859.021,89	
<i>Operações de Tesouraria</i>	1.033.503,87	14.892.525,76
Saldo para a Gerência seguinte (2013)		
<i>Execução orçamental</i>	192.365,70	
<i>Operações de Tesouraria</i>	617.345,22	809.710,92

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Os Mapas de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Actividades Municipal – POCAL, constam dos Mapas de Prestação de Contas, apenso a este Relatório de Gestão. Reflectem, sob a forma de objectivos específicos, a execução das prioridades já previamente definidas com base em recursos previstos em sede de elaboração do Orçamento Municipal.

O quadro seguinte demonstra os montantes de investimento executados e o coeficiente percentual de realização para cada um dos grandes sectores estruturais, reflectindo o esforço financeiro dispendido, pelas diversas áreas de intervenção e que se concentram em quatro grandes objectivos: as funções gerais, funções sociais, as funções económicas e outras funções.

Resumo da execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2012

Descrição	PPI			PAM			GOP's		
	Previsto	Executado	%	Previsto	Executado	%	Previsto	Executado	%
Funções Gerais	420.132,63	226.301,60	53,86%	586.489,97	391.733,81	66,79%	1.006.622,60	618.035,41	61,40%
Serviços gerais da administração pública	366.599,60	188.512,51	51,42%	289.243,00	184.587,24	63,82%	655.842,60	373.099,75	56,89%
Segurança e ordem pública	53.533,03	37.789,09	70,59%	297.246,97	207.146,57	69,69%	350.780,00	244.935,66	69,83%
Funções sociais	3.661.574,55	2.515.173,02	68,69%	2.885.385,06	2.097.648,74	72,70%	6.546.959,61	4.612.821,76	70,46%
Educação	1.647.760,00	1.502.684,98	91,20%	510.640,00	210.322,54	41,19%	2.158.400,00	1.713.007,52	79,36%
Saúde				58.200,00	58.198,66	100,00%	58.200,00	58.198,66	100,00%
Segurança e Acção sociais				79.687,00	51.955,67	65,20%	79.687,00	51.955,67	65,20%
Habituação e serviços colectivos	1.948.314,55	978.639,43	50,23%	1.659.308,06	1.230.984,93	74,19%	3.607.622,61	2.209.624,36	61,25%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	65.500,00	33.848,61	51,68%	577.550,00	546.186,94	94,57%	643.050,00	580.035,55	90,20%
Funções Económicas	1.769.394,00	950.319,15	53,71%	202.900,00	113.918,80	56,15%	1.972.294,00	1.064.237,95	53,96%
Industria e energia	551.709,00	227.208,25	41,18%				551.709,00	227.208,25	41,18%
Transportes e comunicação	912.885,00	481.009,29	52,69%				912.885,00	481.009,29	52,69%
Comércio e turismo	304.800,00	242.101,61	79,43%	202.900,00	113.918,80	56,15%	507.700,00	356.020,41	70,12%
Outras Funções				737.044,00	602.286,33	81,72%	737.044,00	602.286,33	81,72%
Diversas não especificadas				737.044,00	602.286,33	81,72%	737.044,00	602.286,33	81,72%
TOTAIS	5.851.101,18	3.691.793,77	63,10%	4.411.819,03	3.205.587,68	72,66%	10.262.920,21	6.897.381,45	67,21%

Com uma taxa de execução de 67,21%, as Grandes Opções do Plano para o ano de 2012 atingem o valor absoluto de 6.897.381 euros, dos quais 3.691.793 euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 3.205.587 euros ao conjunto das acções consideradas como relevantes incluídas no Plano de Actividades Municipais.

Da análise conclui-se que:

As **Funções Sociais** são as que absorvem a maior fatia de investimento com um valor nominal de 4.612.821 euros, representando 66,87% do total executado. Nestas funções a Habitação e Serviços Coletivos registam 2.209.624 euros e a Educação registou 1.713.007 euros;

As **Funções Gerais**, que representam 8,96% das despesas, apresentam um valor de 618.035 euros, sendo consumidas estas verbas na sua maior parte pelos serviços gerais da administração pública.

As **Funções Económicas** representam 15,42% do investimento, com um valor executado de 1.064.237 euros, sendo que a área dos transportes e comunicações é a que absorve uma maior fatia destes investimentos, apresentando um valor de 481.009 euros;

Outras Funções representam 8,73% do investimento, com um valor executado de 602.286 euros;

ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

A componente de *dívidas a terceiros* reflecte no ano de 2012 na sua componente de curto prazo uma diminuição relativamente ao ano anterior, sendo as componentes mais importantes o pagamento a fornecedores conta corrente e de imobilizado e outros credores.

Evolução da Dívida a Terceiros no período 2008 a 2012

Dívidas a terceiros - Curto Prazo	2008	2009	2010	2011	2012
Empréstimos curto prazo	785.115,37	786.000,00	811.000,00	0,00	0,00
Fornecedores c/c	1.752.021,72	3.088.526,48	3.489.507,74	895.949,71	845.379,61
Fornecedores de imobilizado	1.136.284,29	909.005,43	2.472.343,83	1.082.432,27	998.382,35
Estado e outros entes públicos	86.093,50	82.213,87	78.586,87	70.143,42	72.594,56
Administração autárquica	7.849,00	7.849,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	17.701,63	3.321,80	1.851,41	4.809,87	1.877,98
Garantias e Cauções	430.354,40	345.321,39	382.855,79	503.625,05	546.196,05
Total	4.215.419,91	5.222.237,97	7.236.145,64	2.556.960,32	2.464.430,55

No cômputo geral a dívida total do município diminuiu em relação ao ano de 2011, no montante de 92.529 euros.

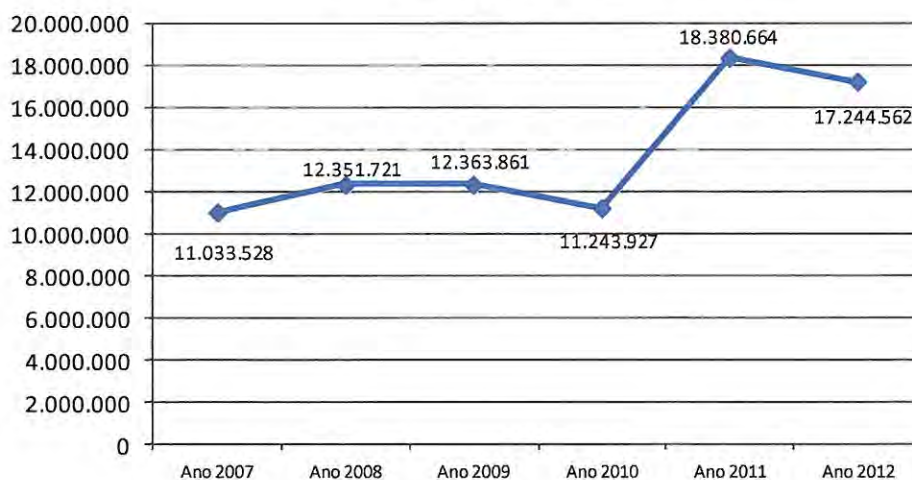
Salienta-se que, relativamente às dívidas a curto prazo - credores de garantias e cauções, as quais constituem importâncias retidas de e para terceiros, são fundos alheios à autarquia, encontrando-se depositadas em contas de disponibilidades e possíveis de utilização – para restituições das cauções - em qualquer momento.

Apresentamos, de seguida, um quadro que traduz a evolução real da dívida existente em 31 de Dezembro de cada ano, com a contratualização de empréstimos de médio e longo prazo.

Evolução da dívida de médio e longo prazo do Município
- Período 2007 a 2012 -

Empréstimos m/l prazo	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Não excepcionados	7.199.948,92	8.652.313,99	8.820.509,61	9.094.219,78	16.388.722,88	15.408.158,96
Excepcionados	3.833.579,33	3.699.407,39	3.543.351,60	2.149.707,59	1.991.940,87	1.836.403,21
TOTAIS	11.033.528	12.351.721	12.363.861	11.243.927	18.380.664	17.244.562

Gráfico - Evolução da Dívida



Regista-se a diminuição da dívida de médio e longo prazo em 1.136.102 euros, relativos à amortização do capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo, não tendo sido utilizado em 2012 o empréstimo de curto prazo, o que retrata o esforço do Município de Torre de Moncorvo.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o Balanço e Demonstração de Resultados, documentos contabilísticos de base.

O Balanço, abrange os elementos acumulados até à data, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial da autarquia a 31 de Dezembro de 2012, onde constam os seus bens, direitos e obrigações, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa.

A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

Convém ainda referir que se torna ainda pertinente e imprescindível termos em consideração as especificidades da Autarquia, área geográfica e conjuntura actual, e que ao não serem ponderadas podem desvirtuar a medição da qualidade da sua gestão e dos seus resultados, pelo que, as conclusões feitas relativamente à sua gestão, deverão ter em conta que a sua missão será sempre a satisfação das necessidades colectivas, e não a obtenção de lucro.

Participações detidas pelo Município em outras entidades

Entidades societárias participadas

O Município de Torre de Moncorvo integra ou participa, no âmbito das suas competências, o capital social das seguintes empresas:

- Integra a Sociedade de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., com uma participação de 0,06% do capital social, correspondente a 154.552 euros;
- Participa ainda na sociedade “Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda”, com uma participação de 4,55% do capital social, correspondente a 3.741 euros;
- “Gesturdouro-Gestão de empreendimentos hoteleiros do douro superior, Lda”, com uma participação de 20% do capital social, correspondente a 41.800 euros;

Entidades não societárias participadas

Este Município integra, ainda, as seguintes associações:

- AREDOURO – Agência Regional de Energia do Douro.
- Associação de Desenvolvimento do Douro Superior;
- Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Associação de Municípios do Baixo Sabor;
- Associação de Municípios do Douro Superior;

- Associação de Municípios do Vale do Côa;
- Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico;
- Entidade Regional de Turismo do Norte "PORTOENORTE-Turismo do Porto e Norte de Portugal;
- Fundação Museu do Douro;
- Territórios do Côa - Associação de Desenvolvimento Regional;
- Turismo do Douro;

O Município de Torre de Moncorvo, detém ainda uma participação indirecta na empresa "Resíduos do Nordeste, E.I.M.", através da Associação de Municípios do Douro Superior;

O Município de Torre de Moncorvo é também membro do "Duero-Douro AECT, Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro", constituído por Despacho n.º 7128/2009, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no Diário da República n.º 47, II série, de 09/03/2009.

De salientar a saída da "Associação do Douro Histórico", conforme deliberação tomada em reunião de Câmara de 20/01/2012.

ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

O Balanço encontra-se organizado de forma a permitir o seu equilíbrio, Activo = Fundos Próprios + Passivo. Estes grandes grupos expressam a situação patrimonial da Autarquia à data de 31 de Dezembro de 2012.

O **ACTIVO**, que inclui o conjunto de bens e direitos da autarquia, assim como os acréscimos e diferimentos, está agrupado de acordo com o critério da liquidez crescente, ou da disponibilidade, pelo que reflecte, na referida ordem, o valor do imobilizado, das existências, das dívidas de terceiros (curto, médio e longo prazos), das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos).

O Município de Torre de Moncorvo reconheceu nas rubricas de Imobilizado e de Amortizações Acumuladas diversos bens cujo facto patrimonial reporta ao Balanço inicial e a anos anteriores, nomeadamente a incorporação do Património relativo à inventariação do Edifício da Escola Preparatória Visconde de Vila Maior, actual Centro Escolar de Torre de Moncorvo.

As rubricas com crescimento mais acentuado são os *Bens de domínio Público*, com a incorporação em activo fixo das infraestruturas de imobilizado em curso cujas obras terminaram.

No que se refere às dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes cuja cobrança seja duvidosa e o risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, foram as mesmas reconhecidas na conta patrimonial «Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa» e constituídas provisões correspondentes a 50% do saldo para dívidas em mora há mais de 6 e menos de 12 meses e a 100% para aquelas que se encontram em mora há mais de 12 meses, no valor de 31.352,83 euros, POCAL (paragrafo 2.7.1).

A rubrica de **acréscimos de proveitos** é constituída por proveitos de 2012 cujo recebimento só se concretiza em 2013, tendo sido registados acréscimos de proveitos, respeitantes a:

- Impostos Municipais (IMI, IMT e IUC) e TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem, relativos ao exercício de 2012, cujo recebimento ocorreu em 2013;
- Juros de diferentes depósitos bancários que se venceram em Janeiro de 2013;
- Venda de água relativa ao mês de Dezembro de 2012, a receber no ano de 2013;

Os princípios contabilísticos da especialização (ou do acréscimo) e da materialidade exigem o reconhecimento, como proveitos do período, dos factos anteriormente apresentados.

Os **custos diferidos** respeitam as despesas antecipadas no próprio exercício que são custos de exercícios seguintes, nomeadamente custos diferidos com:

- Seguros; e
- Rendas de concessão da utilização de edifícios e terrenos da antiga linha de caminho de ferro (actual ecopista).

Os **FUNDOS PRÓPRIOS**, figuram no Balanço de acordo com o critério cronológico, expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas, e dos resultados (transitados e líquidos).

Encontram-se reflectidos na componente de “Património – Balanço Inicial” as incorporações efectuadas na rubrica do activo imobilizado. Estas regularizações dizem respeito à incorporação de novos elementos patrimoniais que não foram, em devido tempo, objecto de inscrição em sede de balanço inicial.

Conforme indicações do SATAPOCAL, as regularizações que se reportem a datas anteriores ao balanço inicial, neste caso 2003, deverão ser reconhecidas na conta designada por “Património”.

O **PASSIVO**, conjunto de obrigações da autarquia, reconhece o valor das provisões constituídas para fazer face a riscos e encargos, das dívidas para com terceiros (curto, médio e longo prazos) e os acréscimos e diferimentos (acréscimos de custos e proveitos diferidos).

Rubrica - **Acréscimos de custos:**

A CMTM reconheceu como custos do período os encargos com Férias e Subsídio de Férias (acrescidos dos respectivos encargos sociais), incorridos em 2012 que serão pagos em 2013;

Reconheceu também os encargos com comunicações e de instalações (energia eléctrica e combustíveis), incorridos em Dezembro de 2012 a pagar no ano de 2013;

Foi ainda reconhecido como custo o valor total das Senhas de Presença e Ajudas de Custo com os Membros da Assembleia (última Assembleia do ano de 2012), que foram liquidadas em Fevereiro de 2013.

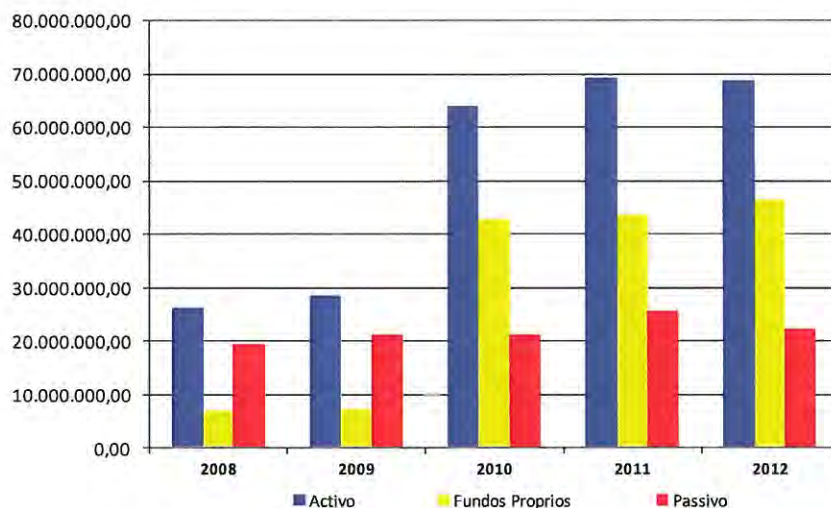
Rubrica – Proveitos diferidos:

A CMTM reconheceu como proveitos diferidos o valor a receber dos contratos de financiamento de fundos comunitários e a amortização da quota correspondente aos subsídios já recebidos.

O Passivo deverá ser analisado segundo as vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

- ✓ tendo em especial atenção o principio da prudência no ano de 2012 foram constituídas provisões para riscos e encargos no valor de 5.000 euros;
- ✓ no que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de curto prazo, apresentam relativamente a 2012 uma diminuição de 92.529 euros;
- ✓ Relativamente ao passivo de médio e longo prazo, registou uma diminuição de 1.136.102 euros;
- ✓ No que concerne ao passivo não exigível - acréscimos e diferimentos- acréscimos de custos e proveitos diferidos, em valores absolutos diminuíram em 2.071.810 euros, em consequência dos recebimentos esperados dos fundos comunitários e da amortização da quota correspondente ao subsídio recebido.

Numa perspectiva evolutiva, o gráfico seguinte reflecte o montante global do Balanço no período 2008 a 2012.



Considerando o papel fundamental do ACTIVO, esta estrutura apresenta em termos absolutos, 68.921.101 euros.

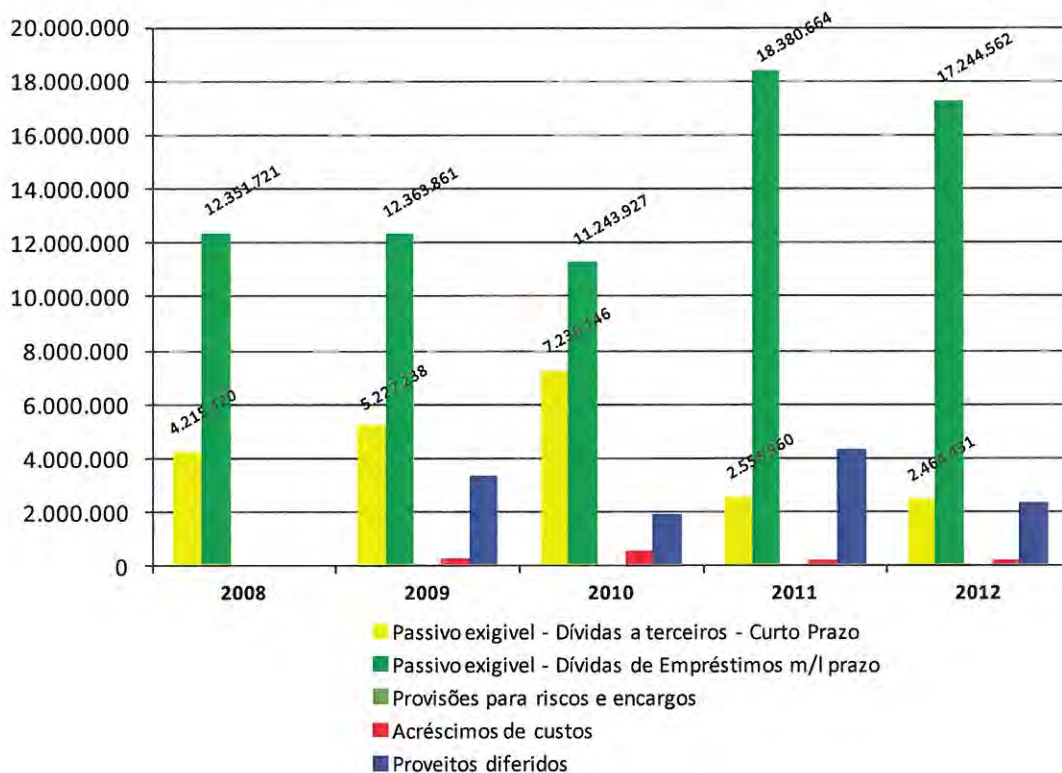
O PASSIVO representa em termos absolutos o montante de 22.171.824 euros, registando uma diminuição significativa de -3.315.442 euros, correspondendo a 13%.

Disto nos é dado conta os Mapas anexos às Demonstrações Financeiras – Balanço, Demonstração de Resultados, Mapa de Activo Bruto e Mapa de Amortizações.

ESTRUTURA DO PASSIVO

Seguidamente apresenta-se a evolução do passivo no período 2008 a 2012. Considerando que o passivo ao incluir as rubricas de “acréscimos de custos”, “proveitos diferidos” e “provisões para riscos e encargos” pode originar análises financeiras distorcidas, apresenta-se o passivo desagregado, para que possa ser evidenciado o passivo exigível (dívidas de curto/médio e longo prazos).

Evolução da Estrutura do Passivo no período 2008-2012 (em euros)



O **passivo exigível** à data de 31 de Dezembro de 2012, evidenciado acima, regista em dívidas a terceiros de curto o valor de 2.464.431 euros e em dívidas relativas a empréstimos de médio e longo prazo, o montante de 17.244.562 euros.

Do lado do Passivo os acréscimos e diferimentos resultam da incorporação de custos do exercício a liquidar em exercícios futuros (acréscimos de custos), no valor de 160.072 euros, obedecendo ao princípio da especialização dos exercícios.

Os proveitos diferidos apresentam em final de 2012, o saldo de 2.297.759 euros referentes a subsídios ao investimento que devem ser recebidos nos exercícios seguintes.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados evidencia a síntese dos custos e proveitos homogêneos.

Do exercício transacto até à presente demonstração de resultados verifica-se que, o Resultado Líquido negativo do Exercício no valor de 1.618.919,45 euros, teve um aumento negativo de 441.221,94 euros, apesar de se registar um aumento dos proveitos extraordinários face ao mesmo período homólogo.

Em síntese, o aumento do Resultado Líquido do Exercício teve origem no valor elevado dos custos e perdas extraordinárias, sendo estes impossíveis de controlar pelo Município, pois são custos que surgem de forma extraordinária à actividade normal do mesmo.

Nos resultados operacionais o Município alcançou o valor de 329.380,47 euros, inferior em 138.792,92 euros comparativamente ao exercício anterior, o que se fundamenta com o aumento do custo das amortizações do exercício, bem como o aumento dos preços unitários, relativos a abastecimento de água, recolha de efluentes, energia elétrica, recolha de resíduos sólidos e transportes escolares, que contribuíram fortemente para o aumento destes custos. Contribuiu também a constituição de provisões relativa ao saldo das dívidas de água em mora há mais de 6 e 12 meses.

Contudo é de salientar o aumento dos proveitos operacionais no valor de 230.602,39 euros, para os quais contribuíram a diminuição dos custos com o pessoal e respectivos encargos sociais.

Os Resultados Financeiros mantêm em 2012 um valor negativo, registando um aumento de 78.988,03 euros, o que se fundamenta pelos juros suportados decorrentes na sua essencialidade de empréstimos obtidos, nomeadamente o de Saneamento Financeiro.

RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA

Tendo em conta as inúmeras atribuições e competências adstritas aos Municípios, é relevante destacar o papel dos trabalhadores, que assenta em padrões de eficiência, eficácia e elevada responsabilidade, tendo em vista dar resposta aos desafios e problemas que se nos deparam no desenvolvimento da actividade autárquica.

De salientar em 2012, no âmbito da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2012) - Artigo 19.º as reduções remuneratórias dos vencimentos, bem como a saída de trabalhadores.

Durante o ano de 2012, foram abertos procedimentos concursais para contratação de recursos humanos a termo certo, na componente de apoio à família, actividades extracurriculares, vigilantes das piscinas ao ar livre. Relativamente a procedimentos concursais a termo incerto, procedeu-se à contratação de apenas um técnico superior, na área de engenharia eletrotécnica.

Resumo do Mapa de Pessoal em exercício de funções, por grandes grupos, Sexo e Relação Jurídica de Emprego

	2008		2009		2010		2011		2012	
Executivo	H	5	H	5	H	5	H	5	H	5
	M	0	M	2	M	2	M	2	M	2
Gabinete de Apoio Pessoal	H	2	H	2	H	3	H	3	H	3
	M	3	M	3	M	4	M	4	M	4
Dirigentes	H	3	H	3	H	2	H	2	H	2
	M	3	M	3	M	4	M	4	M	4
Pessoal do Quadro	H	106	H	105	H	114	H	104	H	104
	M	45	M	91	M	88	M	85	M	89
Técnico Superior	H	4	H	3	H	4	H	4	H	4
	M	10	M	7	M	7	M	9	M	9
Assistente Técnico	H	16	H	20	H	22	H	17	H	20
	M	24	M	35	M	33	M	30	M	31
Assistente Operacional	H	77	H	74	H	80	H	76	H	74
	M	11	M	49	M	48	M	45	M	48
Informática	H	3	H	2	H	2	H	3	H	3
	M	0	M	0	M	0	M	0	M	0
Carreiras não revistas	H	4	H	4	H	4	H	4	H	3
	M	0	M	0	M	0	M	0	M	0
Mobilidade	H	2	H	2	H	2	H	0	H	0
	M	0	M	0	M	0	M	1	M	1
Pessoal Contrato a termo certo	H	12	H	18	H	8	H	9	H	6
	M	20	M	45	M	23	M	22	M	18
Técnico Superior	H	3	H	3	H	1	H	2	H	1
	M	3	M	3	M	0	M	4	M	4
Assistente Técnico	H	0	H	0	H	0	H	0	H	0
	M	3	M	2	M	0	M	2	M	2
Assistente Operacional	H	9	H	10	H	2	H	2	H	2
	M	14	M	21	M	0	M	12	M	10
Informática	H	0	H	0	H	0	H	1	H	1
	M	0	M	0	M	0	M	0	M	0
AEC's	H	0	H	5	H	5	H	4	H	2
	M	0	M	19	M	23	M	4	M	2
Trabalhadores	H	118	H	139	H	136	H	119	H	110
	M	70	M	123	M	111	M	110	M	107
TOTAL GERAL		188		262		247		229		217
Agrupamento Escolar (pessoal não docente)		0		71		64		60		56
Actividades Extra Curriculares		0		8		7		8		4
Componente de apoio à família		17		15		15		14		12
Câmara Municipal (trabalhadores contratados)		15		15		14		8		8
Câmara Municipal (trabalhadores a tempo indeterminado - lugares ocupados)		164		161		155		147		145

Os dados mostram a evolução das qualificações profissionais do pessoal do Município por grupos profissionais, destacando o esforço do executivo em manter a qualidade dos serviços prestados, sublinhando o decréscimo de trabalhadores no ano de 2012, pela via da aposentação, conforme ilustra o quadro seguinte.

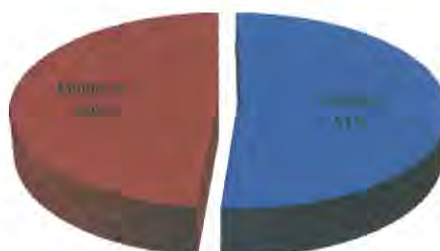
Resumo das Saídas de trabalhadores – ano 2012

carreira	categoria	confirmadas	a aguardar
	Condutor máquinas	1	
	Cantoneiro de limpeza	2	
	Marteleiro	1	
	Fiscal de Obras	1	
Assistente Operacional	Cantoneiro Vias Municipais	2	
	Encarregado (AE)	1	
	Auxiliar Educ. (AE)	2	
	Cabouqueiro	1	
	Jardineiro	1	
	Assistente Operacional	1	
Assistente Técnico			2
Total Global		6	9

De salientar o número total de efectivos no final do ano de 2012 em função do sexo (Homens-107 e Mulheres-101) apresenta um decréscimo, resultante da diminuição do número de lugares nos procedimentos concursais a termo certo, bem como de aposentações confirmadas durante o ano de 2012 (ver Gráfico).

Importa referir que o ano de 2011 registou que, 48% dos efectivos pertenciam ao sexo feminino e 52% ao sexo masculino. Em 2012 o sexo feminino atenuou em 1%, tendo o sexo masculino uma superação de igual percentagem, demonstrando assim as políticas e as medidas aplicadas nas entidades públicas e sempre respeitadas por este município, que visam combater as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres no nosso País.

Efetivos segundo o sexo



Formação de Pessoal – Acções de Formação e Cursos

Durante o ano de 2012, houve uma variação positiva que se traduziu em 21 pessoas inscritas em acções de formação, num total de 676 horas - 14 acções de formação, num montante total pago pelo Município de 3.638 euros, dando resposta a dois grandes objectivos:

- o proporcionar uma aprendizagem actualizada, uma formação que se pretende continua e um complemento para as insuficiências habilitacionais adquiridas, visando o desenvolvimento intelectual, social e profissional e facultando a aquisição de novas competências exigidas; e
- o formação especializada vocacionada para o desenvolvimento de competências específicas, sobretudo decorrentes de profundas alterações legislativas.

Área de Formação	Entidade Formadora	Designação	Acções de Formação			Custo de inscrição
			N.º de pessoas inscritas	Duração horas p/ formação	N.º de acções	
DOOP	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Licenciamento zero com intolerância máxima	1	14	1	160,00
DTOSU	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Código dos Contratos Públicos - caderno de encargos de obra pública, locação e aquisição de bens e serviços	1	14	1	285,00
DTOSU	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Revisão do Código dos Contratos Públicos	1	28	1	490,00
DTP (topografia)	Leica Geosystems, Lda	Formação e actualização de software	1	7	1	861,00
DAF (Informática)	Logicpulse	Formação do Sistema de controlo de assiduidade	4	7	1	246,00
Vice-Presidente	Abautblue	12.ª conferência do Jornal água & Ambiente	1	7	1	327,18
DAF	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Organização dos Serviços das Autarquias Locais, em articulação com o Estatuto do Pessoal Dirigente	2	7	1	200,00
Vice-Presidente	Fundec-Associação para formação	A verticalização do sector das águas-vantagens e desvantagens	1	7	1	369,00
DAF	CIMDOURO	Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso	3	14	2	gratuita
DAF	ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais	RAP - Reunião de Aperfeiçoamento profissional	3	7	1	gratuita
DOOP	CEFA	9.º curso de formação para Fiscais Municipais	2	516	2	a decorrer
Jurista	Centro de Estudos de Direito Público	IV Curso de Pós-graduação em Contratação Pública	1	48	1	700,00
Total Global			21	676	14	3.638,18